

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: Disputa por cargos nas agências é ferrenha](#) 7

Valor Econômico

[Título: Itaipu fará uma grande licitação para modernizar hidrelétrica](#) 18

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Ex-Odebrecht Óleo e Gás quer superar bloqueio da Petrobras	2
Título: Negócios da Petrobras devem ter mais vigilância	3
Título: CVM questiona ‘senso econômico’ da Eletropaulo de lançar novas ações	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Privatização de refinarias	5
Título: Disputa por cargos nas agências é ferrenha	7
Título: Ainda no papel, órgão regulador já desperta o apetite dos políticos	9
Título: Italiana Enel questiona operação da Eletropaulo	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Briga de gigantes pela AES Eletropaulo	11
Título: A natureza tem pressa	12
Título: A desestatização da Eletrobrás, prioridade na agenda nacional	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Ressarcimento a distribuidoras pode inviabilizar privatização	14

Título: Sem sair do lugar, Agenda 15 põe à prova força de Temer no Legislativo	15
Título: Itaipu fará uma grande licitação para modernizar hidrelétrica	18
Título: Destaques	20
Título: Enel está pronta para fazer mais ofertas pela Eletropaulo	20
Título: Distribuidora deve suspender emissão de R\$ 1,5 bilhão	22
Título: Gas Natural Fenosa prevê investir R\$ 428 milhões este ano	23
Título: Logum quer retomar expansão em 2019	25
Título: TJ-SP aceita manobra jurídica da Petrobras	27
Título: Bolsa sobe na semana, mas segue travada em 85 mil pontos	29

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Ex-Odebrecht Óleo e Gás quer superar bloqueio da Petrobras

Mercado Aberto

Antiga Odebrecht Óleo e Gás, a Ocyan tenta vencer o bloqueio imposto pela Petrobras que a impede de participar de novas licitações da estatal. Quase toda a receita da Ocyan, de cerca de R\$ 3 bilhões ao ano, vem da Petrobras. Como tinha contratos de longo prazo firmados com a petroleira antes do bloqueio cautelar, ela continua a prestar serviços— o de Libra vai até 2029. "Queremos entrar em novas concorrências, como a do campo de Marlim (na Bacia de Campos, RJ). Só posso dizer que são valores altos, e temos nos preparado para isso", diz Roberto Simões, presidente da Ocyan.

Este braço da Odebrecht atua na petroleira com sondas de perfuração na fase de exploração, navios de produção que ficam estacionados nos poços, conexão subaquática e manutenção de equipamentos. Mesmo que o acordo de leniência da Odebrecht com a AGU (Advocacia Geral da União), a CGU (Controladoria Geral da União) e o MPF (Ministério Público Federal), esperado para fechar em maio, não saia, a Ocyan vê alternativas.

Uma delas é entrar como subcontratada da norueguesa Teekay, que já é sua parceira, e que pode participar das concorrências da Petrobras. "No arranjo com a Teekay, nossos direitos podem ser alterados durante a vigência do contrato." O acordo liberaria a empresa para entrar nos próximos projetos da estatal. "A Petrobras diz que desbloquearia independentemente, mas não vimos ninguém se livrar da proibição da estatal sem acordo com AGU e CGU."

Os planos são para operar também no exterior. "Mas avaliamos. Tínhamos México e Angola. Na parte offshore, em que temos mais conhecimento, os dois sofreram muito." Para Simões, o preço do barril está muito alto. "Não vejo fundamento para continuar na faixa de US\$75 (R\$254), como hoje. Até o fim deste ano, deverá estar cerca de US\$ 60 (R\$ 203), US\$ 65 (R\$ 220).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Fovest

Autor: Julio Wiziack

Título: Negócios da Petrobras devem ter mais vigilância

Brasília - O presidente Michel Temer deve baixar um decreto nesta semana para blindar a Petrobras nas operações de compra e venda de campos de petróleo e gás. Hoje a estatal possui pelo menos 130 campos com potencial de venda.

Pessoas envolvidas nas discussões afirmam que a ideia é dar força de lei para evitar mudanças futuras nos processos decisórios da estatal.

Desde que a Operação Lava Jato estourou, a Petrobras precisou acertar com o TCU (Tribunal de Contas da União) os mecanismos para venda de empresas, participações acionárias e até campos de exploração. A metodologia recomendada já foi incorporada pela petroleira.

No ano passado, um decreto de Temer consolidou a maior parte dessas recomendações. Faltava somente sacramentar as regras para a venda de campos de petróleo.

O decreto vai permitir que a Petrobras continue convidando empresas para os certames, mas obrigará que a estatal também aceite na disputa investidores ou empresas que não foram convidadas e que se enquadrem às exigências do edital. Essa possibilidade não existia anteriormente.

Além disso, qualquer processo de compra ou venda de campos de petróleo deverão passar pela diretoria executiva em todas as suas etapas. Antes, a diretoria só tinha acesso ao negócio na fase inicial e na reta final do processo.

Mais técnicos e diretores terão acesso às informações, evitando o que ocorreu na Lava Jato: operações aprovadas que eram desconhecidas por muitos executivos.

A principal delas foi a compra da metade de um campo de petróleo no Benin, na África, em 2011. Investigações da Polícia Federal apontaram que a transação saiu mediante pagamentos de propina. O ex-deputado Eduardo Cunha foi condenado nesse caso, acusado de receber US\$ 1,5 milhão.

Motivada pela compra de campos ricos em óleo em Gana, na região do Benin, a petroleira queimou US\$ 33 milhões na aquisição de 50% do campo. Diferentemente do que informaram os ex-executivos da Petrobras envolvidos nas negociações, a empresa parceira no Benin só operava naquele campo e, no final, não tinha recursos para fazer os investimentos necessários.

A Petrobras acabou colocando o dobro do que tinha planejado investir, e quando começou a prospecção descobriu que o campo estava seco.

Caso as regras previstas no decreto já estivessem valendo, mais técnicos e mais diretores da Petrobras teriam de dar aval para a compra.

O decreto vai obrigar também que, independente de quem esteja no comando da estatal ou participando da disputa pela compra ou venda de um campo de petróleo, terá de respeitar os trâmites.

A venda de campos faz parte do plano de venda de ativos da estatal, com o qual a empresa pretende levantar US\$ 18 bilhões no biênio 2017-2018 para reduzir seu endividamento. Até agora, já foram fechadas operações no valor de US\$4,5 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Fovest

Autor: Reuters

Título: CVM questiona 'senso econômico' da Eletropaulo de lançar novas ações

São Paulo - A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) questionou em ofício a distribuidora paulista de energia Eletropaulo sobre "o sentido econômico" para

a companhia em levar adiante uma já anunciada oferta pública num momento em que é alvo de propostas de aquisição por grandes grupos.

A empresa precisa responder nesta segunda-feira (23). Em comunicado ao mercado, a Eletropaulo disse que "se manifestará no prazo determinado" pela comissão.

O ofício também trouxe questões apresentadas à CVM e ao TCU (Tribunal de Contas da União) pela italiana Enel, que fez oferta pela compra da distribuidora.

A Eletropaulo anunciou a oferta de 58,9 milhões de ações para levantar recursos. Mas a operação ocorre em paralelo a ofertas públicas lançadas por Neoenergia, Enel e Energisa para comprar até a totalidade das ações da companhia em leilões na Bolsa.

A Eletropaulo assinou um acordo de investimento com a Neoenergia, controlada pela espanhola Ibedrola, pelo qual a empresa compraria até a totalidade da oferta da distribuidora. Mas, em meio à briga pelo controle da companhia, o negócio tem sido questionado pela Enel.

Em anúncio em jornais, a Enel disse que o prosseguimento da oferta e do acordo com a Neoenergia "prejudicam uma competição transparente".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais e Marcelo de Moraes

Título:

Coluna do Estadão

» Marcando posição. A bancada do PT apresentou mais de 90 emendas ao projeto de privatização da **Eletrobrás**, todas contra a venda do controle da empresa e pela manutenção dos 90 mil funcionários da estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Privatização de refinarias

Parte de seu programa de parcerias e de desinvestimento para recuperar capacidade financeira, a venda do controle de quatro refinarias anunciada pela Petrobrás marca uma nova fase de abertura do setor de petróleo, que nos

últimos anos, sobretudo na era lulopetista, foi utilizado despudoradamente para políticas populistas e para engordar cofres de partidos e bolsos de políticos. Entre as unidades cujo controle será transferido para empresas privadas está a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, que simboliza tanto o populismo do governo do PT – ela deveria resultar de uma parceria, nunca concretizada, com o governo bolivariano de Hugo Chávez – como o escandaloso esquema de corrupção que instalou na estatal e que foi tornado público pela Operação Lava Jato.

Desde 2016, com o afastamento da diretoria indicada pelo PT, a Petrobrás vem executando um severo programa de ajuste financeiro e de redefinição de prioridades sob a liderança de seu atual presidente, Pedro Parente. Os investimentos, antes fixados de maneira mirabolante para atender aos objetivos políticos e eleitorais do governo petista, estão sendo programados de acordo com novas prioridades e objetivos, voltados para a reconquista de eficiência, produtividade e resultados. Ao mesmo tempo, a Petrobrás vem se desfazendo de ativos que não estão nos seus planos prioritários, para obter recursos adicionais que lhe permitam reduzir o nível de endividamento, que na era petista superou os limites que seus acionistas privados e os investidores em geral consideravam prudentes.

Na nova etapa de abertura do setor, que ocorre duas décadas depois da extinção do monopólio pela Petrobrás da exploração e produção de petróleo, a empresa venderá 60% de sua participação em refinarias dos polos do Nordeste e do Sul. Isso significa a venda do controle das refinarias de Landulpho Alves, na Bahia; Abreu e Lima, em Pernambuco; Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul; e Presidente Getúlio Vargas, no Paraná. A venda das duas primeiras refinarias, no polo Sul, que respondem por 18% da capacidade de produção da estatal, incluirá 7 terminais e 9 dutos. No caso das refinarias do Nordeste, que concentram 19% da capacidade de refino, a venda incluirá 5 terminais e 15 dutos.

A Petrobrás pretende concluir a modelagem do processo em três semanas. A conclusão do negócio, porém, levará mais tempo, pois o plano terá de ser aprovado pelo conselho de administração da empresa. "Não é (um processo) simples. Vai levar todo o ano, com certeza", previu Pedro Parente.

A projeção da evolução do mercado doméstico de combustíveis nos próximos anos deve ser um dos principais atrativos para as empresas privadas. O mercado brasileiro de derivados de petróleo é o sétimo maior do mundo e, de acordo com previsões da Petrobrás, deve crescer ao ritmo de 1,8% ao ano até 2030.

O presidente da Petrobrás considera peça-chave desse processo a política de preços que vem sendo seguida pela empresa desde o fim da gestão lulopetista.

Essa política atrela os preços praticados pela empresa à cotação internacional do petróleo. Além da moralização administrativa, que afastou os resquícios do esquema de corrupção desvendado pela Lava Jato, a liberdade de preços é a marca do modelo de gestão adotado pela empresa. Na era lulopetista, a Petrobrás, além de fonte de recursos bilionários desviados para partidos e políticos, era instrumento da política anti-inflacionária de características populistas. Durante anos, os preços dos combustíveis foram severamente contidos por ordem do governo.

Obrigada a vender derivados a preços muitos inferiores ao seu custo de produção, a Petrobrás acumulou prejuízos operacionais bilionários, o que comprometeu sua capacidade de investimentos e, sobretudo, sua rentabilidade. Isso gerou pesadas perdas para os seus acionistas. Essencial para assegurar condições operacionais e financeiras adequadas para a estatal, a liberdade de preços é indispensável para assegurar a entrada de mais capital privado na área de refino.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Lu Aiko Otta, André Borges E Lígia Formenti BRASÍLIA

Título: Disputa por cargos nas agências é ferrenha

Batalha pelas vagas ocorre nos bastidores; após indicação, Senado sabatina o indicado

A disputa pelos cargos nas agências reguladoras é ferrenha, mas corre nos bastidores. Depois de escolhido um nome, é preciso do aval dos senadores, que sabatinam o indicado. As indicações que o presidente Michel Temer formalizou na semana passada foram alvo de críticas dos setores regulados. Neste ano, o presidente terá a chance de indicar todos os cinco membros da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Duas vagas estão abertas. Para a primeira, ele indicou o consultor legislativo Rodrigo Limp, "apadrinhado" do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que confirma o apoio.

Na semana passada. Sandoval de Araújo Feitosa, atual superintendente da Aneel, foi indicado para a segunda vaga, com as bênçãos do senador Edison Lobão (MDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia. A movimentação para as outras três – cujos mandatos terminam em agosto – já é intensa. Lobão indicou o nome de **Elisa Bastos Silva, assessora do Ministério de Minas e Energia**. Já o senador Valdir Raupp (MDB-RO) indicou o nome de Efrain Cruz, diretor das distribuidoras da Eletrobrás no Acre e em Rondônia. Lobão também trabalha para emplacar o atual diretor André Pepitone para o cargo de diretor-geral da Aneel.

Procurado, Lobão disse que Pepitone e Feitosa são técnicos de carreira da agência, com qualificação para o cargo. Eles, por sua vez, disseram não ter conhecimento do apoio político de Lobão, assim como Efrain Cruz. Em relação à Elisa, o senador respondeu que ela é servidora do MME e tem "profundo conhecimento" sobre a área. O senador Raupp não respondeu aos contatos da reportagem. Rodrigo Limp e Elisa Bastos Silva não se pronunciaram.

Para uma das vagas, corre por fora o nome de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Ele é o candidato das empresas do setor elétrico. "Os diretores terão de lidar com assuntos de natureza diversa, e é importante que essa indicação tenha como critério a competência técnica e a experiência no setor", disse o presidente da associação, Nelson Leite. A escolha do cargo de diretor da Aneel deve ser pautada por competência, avalia o executivo.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, esteve em Brasília, com técnicos da Casa Civil, para discutir as implicações dessas escolhas. Ele defende a ideia de que haja mais diversidade de experiência entre os futuros diretores da agência reguladora. "Faz muita falta no País que, num setor regulado e predominantemente privado, você não tenha, entre os cinco diretores, um sequer que tenha tido experiência robusta na iniciativa privada", afirmou.

Antaq. Há uma queda de braço entre o MDB e o PR para a ocupação de uma vaga na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O ex-diretor geral Adalberto Tokarski encerrou seu mandato em fevereiro e na ocasião não foi reconduzido. Mas, na semana passada, Temer o indicou novamente para a vaga. A decisão causou revolta no órgão. O ex-diretor virou "persona non grata", depois que o Estado revelou um depoimento dele ao Ministério Público Federal contando que funcionários da agência perseguiam uma empresa de navegação.

O padrinho político de Adalberto Tokarski é o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que reconheceu ter defendido sua recondução à diretoria da Antaq, mas se irritou ao ser questionado sobre o assunto. "É um nome que defendo pela importância muito grande que ele deu às questões de navegação na Amazônia", disse Braga. "Não vejo hostilidade nenhuma contra o nome dele na agência, o que vejo é uma disputa natural pelo cargo. Você está querendo é criar intrigas", afirmou.

Braga é o presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, a mesma que agora tem a função de sabatar o indicado para que seja reconduzido à direção da Antaq. Tokarski nega que haja resistência ao seu retorno na agência. "Nós conseguimos avançar em todos os aspectos na Antaq durante a minha gestão. Tenho o apoio de toda a agência", afirmou. / ANNE WARTH, LU AIKO OTTA, ANDRÉ BORGES E LÍGIA FORMENTI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Ainda no papel, órgão regulador já desperta o apetite dos políticos**

Nos setores de saúde e de vigilância sanitária, entidades questionam indicações alegando conflitos de interesse

BRASÍLIA

O apetite dos políticos é insaciável para preencher os cargos nas agências reguladoras. Há movimentação também para ocupar as cinco vagas da recém-criada Agência Nacional de Mineração (ANM). Essas indicações, porém, ainda aguardam a publicação de um decreto regulamentando o funcionamento da agência. A evolução da medida no Congresso é acompanhada de perto pelas bancadas de Estados onde a atividade mineral tem peso.

"Não tem indicação. Tem de colocar técnicos de carreira que possam tocar o trabalho", afirmou o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG). O partido, principalmente as bancadas de Minas Gerais e do Pará, é apontado nos bastidores como principal interessado nos cargos.

Na área de saúde, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) encaminharam uma carta à Comissão de Ética Pública solicitando que seja avaliado o currículo de Rogério Scarabel Barbosa, indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As associações afirmam que Barbosa é sócio do Imaculada Gordino, um escritório de advocacia com sede no Ceará que representa interesses de várias empresas na área de saúde, incluindo hospitais prestadores de serviços de planos. "Nessa indicação há um potencial conflito de interesse", avalia advogada do Idec, Ana Carolina Navarette.

Na carta, instituições pedem que, confirmada a suspeita de conflito, a comissão sugira ao presidente a substituição do nome. Barbosa foi indicado para um cargo que permaneceu vago por quase um ano. Ele não respondeu aos contatos da reportagem.

Indicação cancelada. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a vaga atualmente ocupada por Alessandra Bastos Soares também foi alvo de várias manifestações. O primeiro nome indicado para assumir o posto foi João Abukater Neto. A indicação foi cancelada diante das críticas feitas por setores

ligados à vigilância sanitária. Em substituição a Abukater, foi apresentado o nome de Roberto Campos Marinho, que diante das críticas, também desistiu de ser sabatinado para o cargo. Marinho já havia trabalhado na Conab e Eletrobrás.

O Estado apurou que inicialmente ele postulava um posto na Eletronorte, por meio do senador Vicente Alves (PR-TO). Como na época não havia espaço para seu nome, ele acabou buscando a Anvisa. Por meio de sua assessoria, Campos Marinho negou ter ligações com o senador Vicente Alves ou ter postulado uma vaga na Eletronorte. Já o senador confirmou a indicação.

Outra disputa que é acompanhada de perto pelas entidades do setor é para a indicação de uma vaga na Agência Nacional do Cinema (Ancine). Duas dezenas delas fizeram uma carta apoiando Fernanda Farah, indicada pelo ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão. Mas está no páreo o funcionário de carreira Selmo Kaufmann, que teria o apoio da deputada Soraya Santos (PR-RJ). A parlamentar nega que tenha feito essa indicação. O Ministério da Cultura diz que não há competição para indicar o novo diretor. / A.W., L.A.O., A.B. e L.F.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Italiana Enel questiona operação da Eletropaulo

Distribuidora de energia paulista, que é disputada por grupo italiano e espanhol, anunciou na semana passada que vai fazer emissão de ações

A italiana Enel – que trava uma disputa acirrada com a Neoenergia pela compra da Eletropaulo – veio a público ontem pedir que a distribuidora paulista suspenda um processo de oferta primária de ações ("follow on"), lançado semana passada para capitalizar a empresa. O pedido, feito por meio de carta aberta, ocorreu um dia depois de a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exigir explicações da concessionária de energia de São Paulo sobre a continuidade do processo. O órgão regulador quer entender qual o sentido econômico de manter a operação num momento de forte competição pelo controle da empresa.

Na carta publicada ontem, a Enel propõe o cancelamento da oferta primária de ações da Eletropaulo e se compromete a fazer uma capitalização na empresa, de até R\$ 1,5 bilhão, caso a venda da concessionária não ocorra até 18 de maio. A explicação para essa proposta é que a emissão de ações, neste momento, altera muito a competição pela empresa, afirmam fontes ligadas à disputa. "No entendimento da Enel, o "follow on" não é feito, neste cenário de competição

acirrada entre grandes grupos de energia, no momento mais adequado", disse a italiana.

Essa operação vinha sendo desenhada desde janeiro, mas foi adiada pela Eletropaulo e retomada semana passada com o objetivo de captar entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 2 bilhões. Em fato relevante, a Eletropaulo disse que responderá, até hoje, aos questionamentos da CVM e todas as cartas encaminhadas ao conselho de administração e ao Tribunal de Contas da União (TCU), pela Enel.

Desde o fim de março a empresa vem sendo alvo de uma forte disputa pela compra de seu controle. A primeira proposta, de R\$ 19 por ação, foi feita pela Enel. No entanto, a mineira Energisa, que controla nove distribuidoras no País, elevou o patamar das negociações ao fazer uma oferta voluntária – pouco usual no Brasil. O preço, de R\$ 19,38, foi considerado baixo, mas mudou as negociações.

Após o movimento da empresa nacional, a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, fez sua primeira oferta, de R\$ 25,51 por ação, superada no mesmo dia por nova investida da Enel, de R\$ 28. Na sexta-feira, a Neoenergia fez seu contra-ataque e ofereceu R\$ 29,4 por ação. Nesse processo, a Energisa ficou pelo meio do caminho e deixou a briga pela maior distribuidora da América Latina. Atualmente a Enel controla três concessionárias no Rio de Janeiro, Ceará e Goiás. A Neoenergia detém a concessão de quatro (Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo). A Eletropaulo, cujos principais sócios são a americana AES e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem 18 milhões de clientes em 24 municípios de São Paulo e fatura R\$ 21 bilhões.

Para especialistas, os atrativos da distribuidora estão na área atendida com elevado consumo e inadimplência baixa. Além disso, a base de ativos (usada na revisão tarifária) é baixa por causa da falta de investimentos. Isso significa que quem comprar e fizer novos aportes, vai elevar a tarifa, considerada uma das menores do País, dizem analistas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Briga de gigantes pela AES Eletropaulo

Mercado s/a

Enquanto a espanhola Neoenergia e a italiana Enel disputam a compra da AES Eletropaulo, a chinesa State Grid ensaia um bote que poderá definir o futuro da

distribuidora de energia paulistana. Segundo um executivo da CPFL, empresa controlada pelos chineses no Brasil, a State Grid “segue muito interessada na compra, mas estuda alternativas para levar a AES a um preço justo.” Os próximos dias serão decisivos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: A natureza tem pressa

Visão do Correio

O plano de reparação por danos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, em 5 de novembro de 2015, ganhou mais prazo na última sexta-feira. Vale, Samarco e BHP Billiton foram beneficiadas pela decisão do juiz da 12ª Vara Federal de Minas Gerais Márcio de Paula Franco Júnior, que acatou o pedido de prorrogação feito pelas empresas. Agora, as partes terão até 25 de junho para apresentar em juízo a conclusão.

O prazo terminaria em 20 de abril, às 19h, e seu descumprimento significaria a volta à tramitação da ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), no valor de R\$ 155 milhões. É a quarta vez que a entrega do plano é adiada, arrastando o sofrimento das vítimas da tragédia, que deixou 19 mortos, arrasou completamente o distrito de Bento Rodrigues e deixou um rastro de destruição ambiental que acompanhou o Rio Doce até o litoral do Espírito Santo.

O rompimento da barragem em Mariana soterrou esperanças. Além das vidas arrastadas com a lama, casas, carros, animais, lembranças, empregos, histórias. Tudo mudou na vida das famílias afetadas. Os rejeitos de minério roubaram de muitos o que conheciam como dignidade. Enquanto as vítimas aguardam decisões judiciais que permitam a recomposição ambiental, a indenização financeira e a reconstrução do vilarejo, os casos de depressão avançam.

O pequeno auxílio financeiro emergencial recebido por mais de 8 mil famílias em Minas e no Espírito Santo não ocupa o vazio deixado pela rotina produtiva que não existe mais. As ações de recuperação ambiental já apresentam sinais de ineficácia comprovados pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), pelo Ministério Público e pela reportagem do Estado de Minas. Garimpeiros ilegais, pecuaristas e agricultores derrubam as cercas instaladas para permitir a recomposição natural de áreas afetadas.

A lentidão da Justiça empurra a esperança para o lugar da incerteza. Embora

tenha concedido a prorrogação solicitada pelas empresas, o juiz Márcio de Paula Franco Júnior registrou, em sua decisão, o que chamou de ritmo “visivelmente inapropriado” das tratativas do acordo. Entre o local do maior desastre ambiental do país e o mar, quase 30 meses depois, é o desalento que acompanha a devastação. A natureza, inclusive a humana, persiste com a bravura que consegue, mas a Justiça precisa provar que não está surda a seus apelos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Humberto Barbato

Título: A desestatização da Eletrobrás, prioridade na agenda nacional

A crise fiscal que vivemos no Brasil é sem dúvida um dos temas que deixam qualquer cidadão razoavelmente informado, bastante preocupado com nosso futuro, em face da incapacidade de o Estado gerir com eficiência um orçamento que retira do PIB uma quantia fabulosa, mas, aparentemente, sempre aquém de suas necessidades. A busca pela eficiência na gestão pública é um dos nossos maiores desafios e, nesse sentido, torna-se imperioso o desmonte de um estado que não cabe no PIB. É nesse contexto que se insere a desestatização da Eletrobrás.

Nosso país carece de investimentos em qualquer área da infraestrutura. Buscá-los junto ao mundo empresarial interno e externo é a única maneira de recuperarmos boa parte do tempo perdido em áreas que tornaram o Brasil um local demasiadamente caro para se produzir. Também é o caminho para retomar a capacidade de atrair o interesse de grandes investidores. No modelo atual, no qual empresas estatais estão sitiadas pelas corporações, não conseguiremos atrair os investimentos fundamentais visando eficiência e melhor qualidade de vida à população.

A Eletrobrás, maior holding do setor elétrico na América Latina e uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo, encontra-se amarrada a um modelo retrógrado, sujeito a influências políticas e à má gestão, o que impede a empresa de dar o salto necessário para que o setor elétrico brasileiro faça frente às necessidades do novo consumidor. Além disso, o modelo acarreta um efeito nocivo a toda cadeia de fornecimento, dificultando o desenvolvimento de novas demandas tecnológicas, como smart grid, cidades inteligentes, indústria 4.0 e Internet das Coisas.

Na Abinee, onde vivenciamos em 1998 o processo de desestatização das telecomunicações, observamos o que a competição permitiu, além da

universalização dos serviços e o fortalecimento da defesa do consumidor. O efeito foi imediato e o crescimento do setor, vertiginoso. Um ano após a desestatização, o número de terminais fixos e instalados no país saltou de 17 milhões para 24,5 milhões em 1999. Hoje, são 42 milhões, e, com a mudança do perfil tecnológico, foram introduzidos terminais móveis, que hoje totalizam 244 milhões de dispositivos. Existem outros tantos exemplos que demonstram que o papel do Estado é de agente regulador e não de empresário. Essa atividade deve ser deixada para quem tem a competência para fazê-la. A sociedade agradece.

No caso do setor elétrico, o Brasil enfrenta um momento de incerteza em relação à disponibilidade da energia a preços competitivos a médio e longo prazo. Com a desestatização, a Eletrobrás, que responde por mais de 30% da geração e por 70 mil km de linhas de transmissão no País, poderá se transformar e voltar a ser um grande investidor sem onerar o Tesouro Nacional.

A proposta de desestatização em discussão para a Eletrobrás encontra exemplos em empresas europeias do setor de energia. É o caso da empresa italiana Enel. O maior acionista continua sendo o Ministério Italiano de Economia e Finanças, mas como uma participação de 21,10%. Hoje, a participação da União nas ações da Eletrobrás é de 51%. Com a proposta, esse percentual passaria para 47%, podendo gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 20 bilhões com a operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Ressarcimento a distribuidoras pode inviabilizar privatização

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve retomar amanhã discussão sobre o cálculo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) da Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia, quatro das seis distribuidoras que a Eletrobrás planeja vender até o fim de junho.

O tema pode resultar na determinação, pela agência, do ressarcimento pelas distribuidoras de cerca de R\$ 3 bilhões pela compra de combustível para geração de energia elétrica e, com isso, comprometer a privatização das empresas.

Relatório preparado pela área técnica da Aneel indicou a necessidade do ressarcimento bilionário pelas distribuidoras. A Amazonas Energia, principal distribuidora da Eletrobrás, apresentou recurso.

Em paralelo, decisão judicial em vigor invalida a resolução número 427 da agência reguladora, que estabelece os procedimentos para processamento e gerenciamento da CCC.

O advogado Gustavo de Marchi, do escritório Décio Freire & Associados, que representa a Eletrobrás no processo, considerou precipitada a decisão da Aneel de incluir o tema na pauta da reunião desta terça-feira, já que ainda há pontos em aberto nos âmbitos judicial e administrativo.

"[A discussão sobre o ressarcimento da CCC] traz novo ingrediente e pode abalar e retardar esse processo [de privatização das distribuidoras]", afirmou Marchi.

O advogado planeja se reunir hoje com os diretores da Aneel Tiago Correia (relator do processo), Romeu Rufino (diretor-geral da agência) e André Pepitone, para tentar sensibilizá-los e retirar o processo da pauta.

Segundo ele, em âmbito administrativo, a Aneel incluiu em um só item da pauta da reunião de terça-feira a fiscalização da CCC de quatro distribuidoras da Eletrobrás, sendo que ainda há prazo para recurso no caso de três empresas (Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia).

Além disso, no caso da Amazonas Energia, a companhia ainda tem expectativa de identificar créditos a receber da CCC, em vez de ressarcimento. A distribuidora está em tratativas para contratar um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o assunto.

Em âmbito judicial, Marchi lembra que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) ainda não analisou a abrangência do acórdão emanado pela 6ª turma, que invalidou a resolução 427.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Fábio Pupo | De Brasília

Título: Sem sair do lugar, Agenda 15 põe à prova força de Temer no Legislativo

A agenda de 15 medidas econômicas lançada pelo presidente Michel Temer em substituição à reforma da Previdência Social completou dois meses na sexta-feira sem que nenhuma proposta tenha sido votada em plenário. A situação mostra a dificuldade do governo em mobilizar sua base no Congresso, cujas atenções já estão todas voltadas para a eleição. O Planalto também não tem cumprido sua parte: os três itens que ainda dependiam do Executivo sequer foram encaminhadas ao Legislativo.

A equipe econômica prometeu enviar três textos aos parlamentares: a reforma do PIS/Cofins, a extinção do Fundo Soberano e o uso de seus recursos e uma proposta para garantir a autonomia do Banco Central (BC).

Esta última iniciativa entrou na pauta da Câmara, mas por iniciativa do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que negociou diretamente com a instituição financeira. O governo, contudo, não se mobilizou para convencer sua base - e há até focos de resistência no Executivo, como uma contrariedade da Casa Civil a dar tanta liberdade para o órgão.

De qualquer forma, o projeto formatado pelo Executivo para a autonomia do BC passou pela equipe econômica e será recebido pela Casa Civil nos próximos dias. Pelo texto atual, a instituição financeira terá como único objetivo a inflação, o presidente terá mandato de cinco anos e a autoridade monetária não estará ligada a nenhum ministério.

Já a medida do Fundo Soberano, vista por integrantes da própria equipe econômica como algo simples de ser elaborado, ainda tem seus detalhes sendo discutidos dentro do Ministério da Fazenda. A iniciativa foi anunciada como um dos meios necessários para cobrir o buraco da chamada "regra de ouro" das contas públicas neste ano (a estimativa do Tesouro é levantar R\$ 26 bilhões do Fundo). Ainda não há previsão de quando o texto será enviado ao Congresso.

Dentre as outras medidas prioritárias, o projeto mais avançado - também mais por iniciativa de Maia do que de Temer - é a adesão automática dos consumidores ao Cadastro Positivo. O projeto, que a equipe econômica considera importante para reduzir juros para consumidores, teve votação postergada na última semana por risco de derrota.

Maia se reuniu pessoalmente com os maiores partidos da Câmara, junto com um economista de sua confiança e o relator do projeto, deputado Walter Ithoshi (PSD-SP), para explicar e defender a proposta. Nenhum ministro participou dessas articulações - e a resistência do PRB, da base do governo, foi determinante para que a votação fosse adiada para esta semana.

Outro alvo de resistência na base é a reoneração da folha de pagamento das empresas, desidratada por alterações. Como o projeto exige 90 dias (a noventa) para começar a produzir efeitos, e ainda precisa passar pelo Senado, os efeitos nas contas públicas de 2018 são cada vez menos expressivos.

Os demais projetos avançam vagarosamente, o que põe em dúvida a aprovação com um calendário tão apertado, a poucos meses das eleições. O principal exemplo é a privatização da Eletrobrás. O governo queria aprovar em abril o

texto, que ainda está na fase de audiências públicas na comissão especial da Câmara - que demorou quase um mês para conseguir se reunir.

Na equipe econômica, já se fala na privatização apenas em 2019 e que será um "avanço" se a desestatização ao menos se tornar irreversível para um próximo governo.

Já a regulamentação do teto remuneratório, que era vista como um auxílio para as contas públicas em 2018, também está travada. A comissão não se reuniu este ano e depende de reuniões com o Supremo Tribunal Federal (STF) para finalizar um parecer, o que é esperado para até maio.

O reforço na autonomia e controle das agências reguladoras finalmente começou a ser discutido, quase dois anos após chegar à Câmara, com a instalação da comissão especial que debaterá o assunto. O mesmo ocorreu com a nova lei de licitações que, um ano após a aprovação no Senado, começou a realizar audiências. Ambos, porém, têm calendário apertado.

A nova lei de finanças públicas, que atualiza as regras para elaboração do Orçamento, e as mudanças nas regras sobre depósitos voluntários no BC aguardam há meses que os líderes de partidos, inclusive da base, indiquem os integrantes das comissões especiais.

Dois projetos da "agenda 15" ficarão nas mãos da oposição: a lei de recuperação das estatais, que será relatada pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), e a mudança na relação do Tesouro Nacional com o Banco Central, relatada pelo deputado Sergio Vidigal (PDT-ES). Ambos estão na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara, comandada por Almeida, e terão que passar ainda por mais duas comissões. Na mesma situação está a duplicata eletrônica, que aguarda indicação de relator na mesma comissão.

As duas iniciativas da "agenda 15" no Senado também não andaram. O projeto que mudaria as regras do distrato de compra e venda de imóveis não tem consenso nem dentro do governo e está com o relator desde outubro de 2016 para receber um parecer. A atualização da Lei Geral das Telecomunicações, após idas e vindas que envolveram o Supremo, agora terá que passar por votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está desde a semana passada com um novo relator, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A equipe econômica defende que a demora é normal e que faz parte do processo de discussão. Já a Casa Civil disse, em nota, que a velocidade não depende do Executivo: "as lideranças do governo levaram o rol [de prioridades] às presidências da Câmara e do Senado. Cabe aos presidentes das duas Casas a elaboração da pauta dos trabalhos e votações."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Itaipu fará uma grande licitação para modernizar hidrelétrica**

A eleição para a presidência do Paraguai, no último domingo, foi encarada com naturalidade pela parte brasileira de Itaipu Binacional, empresa responsável pela operação da hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre os dois países. Segundo o novo diretor-geral brasileiro da companhia, Marcos Vitório Stamm, a empresa observa o processo eleitoral, tanto no Paraguai quanto no Brasil, que ocorrerá em outubro, como normal.

"Isso [eleições] é um processo natural. A eleição no Paraguai ocorre a cada cinco anos e, no Brasil, a cada quatro. Este ano coincide de ter eleições no Paraguai e no Brasil. Há sempre expectativa da manutenção da diretoria atual ou de [definição de] uma nova diretoria. Mas encaramos isso [o processo eleitoral] de forma muito natural e comum", disse o executivo, em entrevista ao **Valor**.

Como é comum nas disputas eleitorais à presidência paraguaia, a revisão da tarifa de energia excedente vendida pelo país vizinho ao Brasil foi um dos temas levantados. Sobre o assunto, Stamm lembrou que em 2023 está prevista a revisão do Anexo "C" do Tratado de Itaipu (documento que rege o funcionamento da usina), que trata justamente sobre a comercialização da energia da hidrelétrica. Segundo ele, as áreas técnicas das partes brasileira e paraguaia de Itaipu já iniciaram os estudos sobre o tema, mas as negociações serão conduzidas pelos governos dos dois países.

"A Itaipu trabalha tecnicamente para a preparação dos dados e dos cenários. A decisão do Anexo 'C' nós achamos que é responsabilidade das altas partes contratantes porque assim são designados o governo brasileiro e o governo paraguaio no estatuto [Tratado de Itaipu]", disse ele.

"Cabe ao governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores e **Ministério de Minas e Energia**, a condução do processo pelas altas partes contratantes. Nós fazemos o trabalho de subsidiar com os elementos, com os dados, com aquilo que for necessário para que tenhamos êxito nas negociações do novo acordo", completou.

Formado em direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Stamm fez carreira no setor público, tendo sido diretor-geral da secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho do Paraná, em 1999, e diretor Administrativo e Financeiro da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), em 1990. O

advogado está em Itaipu há pouco mais de um ano, quando assumiu a diretoria financeira da parte brasileira da companhia.

Stamm assumiu o principal cargo executivo brasileiro na Itaipu Binacional no último dia 13, no lugar de Luiz Fernando Vianna.

Questionado sobre a privatização do controle da Eletrobrás, o diretor afirmou que a definição do assunto cabe ao Congresso, onde é discutido o projeto de lei sobre o tema. "Nós não somos atores [nas discussões da privatização da Eletrobrás]. Esse é um processo que corre no âmbito do Congresso Nacional. Dentro da soberania do poder legislativo, a Itaipu, através da sua diretoria e corpo técnico, presta as informações necessárias", disse. "Respeitamos a soberania do Congresso. E estamos acompanhando naturalmente os acontecimentos", completou o executivo.

De acordo com o projeto de lei no Congresso, a Itaipu Binacional e a Eletronuclear serão segregadas da Eletrobrás e permanecerão sob controle do governo brasileiro.

Com relação à hidrelétrica, Stamm disse que a empresa lançará nos próximos meses uma grande licitação para a contratação dos serviços de atualização tecnológica da usina. O contrato, que prevê a digitalização de todo o sistema da segunda maior hidrelétrica do mundo, com 14 mil megawatts (MW) de capacidade - atrás apenas da usina chinesa de Três Gargantas, com 22,5 mil MW - é um dos principais serviços em disputa dentro do plano de modernização da hidrelétrica, que demandará investimentos de US\$ 500 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 1,7 bilhão) nos próximos dez anos.

"Imaginamos que nos próximos meses estaremos lançando o edital de licitação visando a atualização tecnológica [da usina], em que passaremos para o sistema digital", explicou. Disse que, se as condições hidrológicas e operacionais se mantiverem conforme o previsto ao longo do ano, a usina poderá registrar novo recorde anual de produção de energia em 2018.

O recorde da usina, de 103 milhões de megawatts-hora (MWh), foi alcançado em 2016. A marca foi a maior da história entre todas as usinas do mundo. Apesar de ter capacidade maior que Itaipu, Três Gargantas tem produção de energia inferior. No primeiro trimestre deste ano, Itaipu produziu 27,9 milhões de MWh, novo recorde trimestral da hidrelétrica.

"Dependemos de variáveis hidrológicas, etc, mas é uma tendência natural [o novo recorde em 2018]. As condições apontam para um possível novo recorde. Mantidas essas condições, até sem grandes alterações, é uma possibilidade muito real", completou Stamm.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Balanço da ArcelorMittal

A subsidiária brasileira do grupo siderúrgico ArcelorMittal registrou lucro líquido de R\$ 475 mil em 2017, comparado aos R\$ 803 milhões de 2016. Na mesma base de comparação, a receita líquida cresceu 17,8%, indo de R\$ 17,24 bilhões para R\$ 20,3 bilhões. Segundo a companhia, a piora no lucro reflete uma redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") no valor de R\$ 497 milhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 6,7%, para R\$ 2,55 bilhões. Os volumes de produção e de vendas ficaram estáveis em 2017 em relação ao ano anterior - 10 milhões de toneladas de aço e 9,7 milhões, respectivamente. O mercado externo representou 51% do total vendido, com receita de R\$ 7,8 bilhões, 22% superior ao de 2016.

Petrobras no pré-sal

A Petrobras informa que iniciou na sexta-feira a produção do campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Este é o primeiro campo em produção sob regime de cessão onerosa. A estatal explicou que as atividades em Búzios estão sendo realizadas pela plataforma P-74, a cerca de 200 km da costa do Rio de Janeiro. Segundo a empresa, é a décima terceira plataforma a entrar em operação no pré-sal brasileiro e que outras quatro plataformas serão destinadas ao campo de Búzios entre 2018 e 2021, cada uma com capacidade de processamento diário de 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos de gás ao dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti, Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Enel está pronta para fazer mais ofertas pela Eletropaulo**

A companhia italiana de energia Enel não está disposta a perder a Eletropaulo para a Neenergia, que elevou na sexta-feira sua proposta pela distribuidora paulista. Neste momento, pela maior oferta na mesa, a distribuidora paulista foi avaliada em R\$ 4,9 bilhões, mas grupo italiano tem no bolso de R\$ 5,5 bilhões a R\$ 6 bilhões para colocar na disputa, conforme o **Valor** apurou.

A competição pela Eletropaulo pode, numa operação inédita no mercado brasileiro, ser definida em leilão na bolsa paulista lance por lance. A Comissão

de Valores Mobiliários (CVM), diante da concorrência, já definiu que a data da operação é dia 18 de maio, na B3 - leilão que ficou marcado com o lançamento da primeira oferta pública feita da Enel.

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, e a Enel devem protagonizar a competição, mas há uma expectativa no mercado de que outras elétricas ainda possam vir a entrar na briga, que promete ser apertada. A única certeza, neste momento, é que a Eletropaulo já está vendida. Falta apenas saber quem será o comprador vitorioso.

Na sexta-feira, a Neoenergia tomou a dianteira na briga e ofereceu R\$ 29,40 por ação da Eletropaulo para superar os R\$ 28 por ação propostos pela empresa italiana. Contudo, a expectativa é que nos próximos dias a Enel suba o preço para cerca de R\$ 31 por papel da distribuidora paulista. Conforme fonte próxima à operação, o grupo italiano avalia que a corrida perde sentido econômico a partir de R\$ 35 por ação - o que totalizaria mais de R\$ 5,8 bilhões por 100% da empresa.

A Iberdrola tampouco quer sair da disputa como perdedora e já está pronta para revidar uma possível próxima proposta de sua concorrente. "Eles receberam um mandato da direção na Espanha para consolidarem a liderança no Brasil", disse uma fonte envolvida na negociação. Procuradas, Enel e Neoenergia não comentaram o assunto.

A cada nova proposta, o aumento mínimo de preço deve ser de 5%, conforme determina a regra da CVM para situação de ofertas concorrentes. Esse percentual mínimo de elevação vale, inclusive, para o cenário em que a disputa ocorre durante o leilão, lance a lance.

Para o investidor, a competição não afeta a dinâmica do leilão. Aqueles que se habilitarem para vender seus papéis na B3, na data marcada, receberão sempre o maior valor pago. Cada oferta maior dentro do leilão anula o negócio anterior, de preço mais baixo. Assim, não haverá dois compradores finais de ações da Eletropaulo - apenas um, aquele que pagar mais.

Contudo, nada impede que, após determinado patamar de preço, um dos interessados desista e se retire da disputa.

Além da compra das ações em mercado, as concorrentes contemplam em suas propostas um compromisso de injetar R\$ 1,5 bilhão na distribuidora - o que faz com que a transação total se aproxime de R\$ 7 bilhões, ou até supere.

Antes das europeias, a brasileira Energisa, controlada pela família Botelho, também lançou oferta pela Eletropaulo. Mas o preço proposto, de R\$ 19,38 por ação, ficou muito aquém da atual disputa.

O cenário de competição pela distribuidora começou a ser desenhado no começo de março, quando o plano da Eletropaulo era fazer uma oferta primária de ações combinada a uma secundária, na qual a americana AES e o BNDES venderiam suas participações.

Nesse momento, investidores já disputavam o ativo, em negociações privadas para ancorar essa operação em bolsa. Por fim, o conselho de administração da distribuidora chegou a um acordo com a Neoenergia, que se comprometeu a comprar até R\$ 1,5 bilhão em novas ações da companhia, ao preço de R\$ 25,51. A oferta secundária foi substituída pelo compromisso da espanhola de oferta de aquisição que seria feita em seguida, a fim de obter o controle da Eletropaulo. Poucos dias depois, a Enel lançou sua oferta a R\$ 28 por ação, obrigando o conselho de administração da Eletropaulo a decidir se iria manter ou não a oferta primária até 26 de abril (*leia mais ao lado*).

Caso outros investidores queiram entrar na briga, precisam declarar suas intenções - se querem o controle da companhia, por exemplo - à CVM no mínimo 10 dias antes do leilão. Isso vai permitir que todos os concorrentes sejam conhecidos pelo mercado.

Os conselhos de administração de grandes elétricas brasileiras, como Equatorial e CPFL, já rechaçaram que as companhias entrem na disputa, mas nada impede que outros concorrentes entrem na briga.

Segundo o presidente da América, Energia, empresa de gestão e comercialização de energia, Andrew Storfer, a disputa vai além do controle da distribuidora paulista. O executivo ressalta que o mercado de energia brasileiro está em um processo progressivo de abertura e que, quando os consumidores residenciais tiverem acesso ao mercado livre de energia, a empresa que estiver atendendo a região metropolitana de São Paulo terá um diferencial competitivo para fidelizar os cerca de 7 milhões de consumidores da região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Graziella Valenti e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Distribuidora deve suspender emissão de R\$ 1,5 bilhão

O conselho de administração da Eletropaulo deve anunciar hoje a desistência da oferta primária de venda de ações da empresa, para captar R\$ 1,5 bilhão, conforme o **Valor** apurou com fontes envolvidas na decisão. A medida é necessária para manter a disputa em curso pela companhia. Caso o conselho não suspenda essa emissão, será como definir que a ganhadora da competição é a Neoenergia.

Na sexta-feira, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) enviou ofício à Eletropaulo no qual determinou que a elétrica se manifeste sobre o sentido para a companhia e seus acionistas de seguir adiante com a emissão acordada com a controlada da Iberdrola.

A Enel condicionou sua oferta de compra ao cancelamento dessa venda de papéis, pois a Neoenergia havia se comprometido a ser âncora na colocação. Abrir mão da oferta de distribuição das ações, contudo, não significa que a Eletropaulo ficará sem os recursos. Tanto Neoenergia como Enel já se comprometeram em capitalizar a distribuidora paulista com essa quantia.

A desistência da emissão de ações neste momento, conforme o **Valor** apurou, não vai mudar o interesse Neoenergia, que continuará concorrendo até que os preços atinjam o limite calculado para a rentabilidade do negócio.

A Enel defendeu ontem, em carta aberta publicada em grandes jornais do país uma disputa igualitária pelo controle da Eletropaulo. No texto, destacou seu compromisso firme de injetar até R\$ 1,5 bilhão em ações da empresa, ao maior preço que ela tiver proposto pela distribuidora, caso o leilão de 18 de maio, na B3, seja concluído sem que nenhum dos concorrentes consiga obter o controle - 50% mais uma ação da Eletropaulo. Nesse caso, a subscrição ocorreria em até 30 dias depois do leilão.

A Enel afirma que o acordo celebrado pela Eletropaulo com a Neoenergia prejudica uma competição transparente e equitativa.

A Neoenergia defenderá, conforme fonte envolvida no caso, que as ofertas são diferentes: enquanto a Enel se compromete com R\$ 1, 5 bilhão no futuro, a controlada da Iberdrola "garante" desde já os recursos. "Não há uma peça jurídica que suporte essa 'promessa' deles", disse fonte.

"Em um contexto de concorrência pela aquisição do controle da companhia, o tratamento privilegiado a um participante específico por parte da administração da companhia frustra o processo competitivo para aquisição de controle previsto na Lei das Sociedades por Ações [...]. Isto resulta na destruição de valor para companhia e seus acionistas", completou a italiana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Gas Natural Fenosa prevê investir R\$ 428 milhões este ano

A companhia espanhola Gás Natural Fenosa pretende aumentar em 5% os investimentos na área de distribuição de gás no Brasil este ano. A empresa, que controla as concessionárias CEG e CEG Rio, no Rio de Janeiro, e a Gás Natural SPS, na região Sul do Estado de São Paulo, prevê investir, ao todo, R\$ 428,8 milhões em 2018, no segmento.

A multinacional também anunciou a intenção de investir mais cerca de R\$ 400 milhões (95 milhões de euros) para desenvolver seu segundo projeto fotovoltaico no país, depois de estreitar no mercado brasileiro de energia solar, em 2016.

A multinacional de origem espanhola abastece cerca de 1,085 milhão de clientes de gás natural no Rio e em São Paulo. As três concessionárias controladas pela empresa no Brasil, maior mercado de gás da companhia na América Latina, geraram receitas de R\$ 6,77 bilhões no ano passado. O lucro líquido das três distribuidoras, por sua vez, somou R\$ 470 milhões, o que representa um aumento de 17% ante 2016.

O mercado mais importante da companhia é da área de concessão da CEG, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A distribuidora concentrará a maior parte dos investimentos previstos pela Gás Natural Fenosa no Brasil este ano: R\$ 309 milhões, o equivalente a 72% dos aportes previstos pela multinacional.

O orçamento representa um acréscimo de 12% ante 2017. A companhia esclareceu, contudo, que os valores ainda são provisórios, já que o processo de revisão tarifária da concessionária ainda não foi concluído.

A CEG Rio, por sua vez, receberá investimentos de R\$ 76 milhões, uma queda de 22% frente ao ano passado, enquanto a Gás Natural SPS investirá R\$ 43,8 milhões este ano - uma alta de 21% frente a 2017.

Além do mercado de distribuição de gás, a multinacional de origem espanhola também atua no mercado de geração de energia, no Brasil, desde fins de 2016, quando a adquiriu, por meio de sua subsidiária Global Power Generation (GPG), uma fatia de 85% em duas usinas de energia solar fotovoltaica do grupo Gransolar, no Piauí: Sobral I e Sertão I, que entram em operação em 2017 e totalizam 68 megawatts-pico (MWp) de capacidade.

Em março, a Gás Natural Fenosa anunciou a aquisição de mais dois empreendimentos fotovoltaicos no país: Guimarães I e Guimarães II, que somam 83 MWp, em Minas Gerais, e demandarão investimentos de 95 milhões de euros (R\$ 400 milhões). A expectativa é de que eles entrem em produção no quarto trimestre deste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Logum quer retomar expansão em 2019**

Após três anos com sua expansão paralisada, a Logum Logística, que opera o maior duto de etanol do país, localizado no Centro-Sul (*ver mapa abaixo*), espera retomar as obras no próximo ano para alcançar a região metropolitana de São Paulo, maior polo brasileiro de consumo de combustíveis. E a motivação para isso cresceu com o cenário mais promissor para o mercado de etanol no país nos próximos anos, em boa medida alimentado pelo RenovaBio, nova política que privilegia o produto.

Wagner Biasoli, que preside a Logum desde 2015, lembra que a primeira etapa da nova fase de investimentos prevê uma extensão do duto para atender a todo o município de Guarulhos e alcançar São Caetano do Sul e São José dos Campos. Essa ampliação demandará aportes de cerca de R\$ 700 milhões. Hoje, o etanolduto alcança, na região metropolitana de São Paulo, apenas 10% de Guarulhos, além de Barueri.

Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, a reativação dos investimentos depende de um acordo entre os sócios da empresa e o BNDES. Em 2015, o banco exigiu a saída da Odebrecht Transport e da Camargo Corrêa da parceria para liberar o empréstimo de longo prazo necessário para as novas obras. Questionado, Biasoli afirmou que não comentaria questões societárias, mas a reportagem apurou que a exigência derivou do envolvimento desses grupos na Operação Lava-Jato. Também são sócias da Logum a Petrobras, a Copersucar e a Raízen.

Enquanto o novo financiamento de longo prazo não sai, a Logum vem renovando outros empréstimos-ponte firmados no passado com o BNDES.. A saída de Odebrecht Transport e Camargo Corrêa da Logum, que ainda não deu retorno aos acionistas, depende do equacionamento de questões financeiras. Procurada, a Odebrecht TransPort disse que "segue avaliando sua permanência ou não nos ativos". A Camargo Corrêa não respondeu até o fechamento desta edição.

Os recursos para a primeira etapa da nova fase de expansão também deverão provir de uma nova injeção de capital dos sócios. Mas o valor desse novo aporte ainda está em discussão, conforme Biasoli. "Temos uma perspectiva de terminar essa discussão até fim deste ano. Estou preparado para começar a primeira etapa no início de 2019", afirmou.

Segundo o executivo, a companhia já tem todos os licenciamentos para dar início às obras da primeira etapa, que deverão dobrar a capacidade de captura de etanol do sistema. Atualmente, o etanolduto tem capacidade para movimentar cerca de 5 bilhões de litros por ano, o equivalente a um quinto da produção do biocombustível da região Centro-Sul. Se o cronograma previsto se confirmar, essas obras terminarão no fim de 2020.

Um dos motivos para priorizar a extensão do duto na ponta consumidora é que o sistema hoje tem maior capacidade de captura do que de entrega etanol, segundo Biasoli. E a estrutura de distribuição da Logum tem lacunas justamente na região metropolitana de São Paulo.

A segunda etapa da próxima fase de investimentos prevê estender o duto até Santos, por onde o etanol poderá ser embarcado para o Nordeste e o Norte do país ou ainda para o exterior. O aporte previsto nessa etapa é de R\$ 1,1 bilhão.

Já a terceira e última etapa de investimentos consiste em prolongar o duto em direção às regiões produtoras. O plano inicial era levar o etanolduto até Jataí (GO), mas, quando Biasoli assumiu a companhia, as usinas viviam o ápice da crise do segmento e o projeto foi reduzido. Hoje, prevê uma ampliação até Itumbiara (GO), cerca de 300 quilômetros a menos que o projetado inicialmente. Essa extensão deverá custar R\$ 800 milhões.

Enquanto os novos aportes não se concretizam, a movimentação de etanol tem variado ao sabor das oscilações do mercado. No ano passado, quando a produção das usinas do Centro-Sul ainda foi acentuadamente "açucareira" por causa dos altos preços da commodity, o volume de etanol movimentado pela Logum caiu pela primeira vez desde a constituição da companhia. Foram 2,1 bilhões de litros, 10% menos que em 2016.

Para este ano, a perspectiva é de recuperação, dado que os produtores deverão maximizar a fabricação de etanol. Segundo Biasoli, a projeção é movimentar 2,5 bilhões de litros neste ano, acima inclusive do registrado em 2016 (2,34 bilhões de litros). Isso elevaria a ocupação dos dutos a cerca de 50%

Apesar de nunca ter dado lucro, desde 2016 a companhia passou a registrar fluxo de caixa operacional positivo - mesmo em 2017, quando a receita foi menor. Para os próximos anos, o executivo se mostra mais confiante, em razão da nova política de preços da Petrobras - que tem repassado ao mercado interno as oscilações do petróleo - e do RenovaBio, programa de incentivo aos biocombustíveis. "Para nós, o programa também traz vantagem, porque no cálculo das emissões o transporte [de etanol] também vai ser considerado", ressaltou ele.

Para Biasoli, consideradas as estimativas de que o RenovaBio poderá elevar a produção de etanol do Brasil a 50 bilhões de litros, o etanolduto poderá ser capaz de movimentar 15 bilhões de litros desse volume quando toda a expansão tiver sido completada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Joice Bacelo | De São Paulo

Título: TJ-SP aceita manobra jurídica da Petrobras

Um processo envolvendo a Petrobras Distribuidora passou por uma reviravolta no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Ré em uma ação de cobrança de indenização, por conta da rescisão de um contrato, a companhia contra-atacou com pedido de pagamento ao autor e conseguiu autorização para incluir, no mesmo processo, outras três empresas como responsáveis pela dívida.

A manobra, que em termos jurídicos é conhecida como reconvenção, não é vista com tanta frequência no Judiciário. Ainda mais, segundo advogados, quando há a inclusão de terceiros.

Havia muita discussão sobre a possibilidade de incluir mais partes em uma mesma ação antes de o novo Código de Processo Civil (CPC) entrar em vigor. Isso porque não existia norma expressa sobre o tema e a doutrina se dividia.

Uns entendiam que a ampliação do número de partes conspiraria contra a economia processual (atrasando o julgamento) e outros acreditavam que haveria mais atraso não com a inclusão no mesmo processo, mas se precisasse ser movida uma segunda ação para tratar do caso.

Foi a partir do novo CPC que essa questão ficou resolvida. Consta no artigo 343 que a reconvenção pode ser proposta tanto contra o autor e terceiros como pelo réu em litisconsórcio com terceiros.

"Só que antes é preciso analisar se há conexão com o caso que está sendo discutido. Essa é uma exigência prévia", diz o advogado Daniel Amorim Assumpção Neves, especialista em processo civil e sócio do escritório Neves, de Rosso e Fonseca

No caso envolvendo a Petrobras, o juiz da primeira instância entendeu pela impossibilidade de ampliar o processo, com a inclusão de terceiros. A questão foi revertida pela 2ª Câmara de Direito Empresarial do TJ-SP (processo nº 2010126-85.2017.8.26.0000).

A companhia discute a rescisão de um contrato com o Auto Posto Jardim Petrópolis II. O posto, que pediu para desfazer o negócio, ingressou com ação na Justiça para ficar desobrigado de qualquer hipótese de pagamento - multa ou indenização e restituição de quaisquer quantias - e pedia ainda que a Petrobras Distribuidora fosse condenada a pagar indenização.

A Petrobras, por sua vez, pede indenização, devolução de equipamentos cedidos em comodato e pagamento de aluguel mensal. O pedido já atendido pelo tribunal era para que fossem incluídos como solidários ao pagamento da dívida a empresa Derivados do Brasil, Setee Serviços Administrativos e BTG Pactual Alfa - todos fiadores do Auto Posto.

"Já não fosse suficiente a mera condição de fiadoras, portanto garantidoras do débito do contrato principal, tem-se que as terceiras empresas assumiram a condição de principais pagadoras de toda e qualquer quantia devida pela agravada [Auto Posto]", afirma o relator do caso, desembargador Claudio Godoy, em seu voto.

Representante da Petrobras no caso, a advogada Ana Tereza Basilio, sócia do Basilio Advogados, entende que, com esse novo formato, é possível simplificar o processo e acelerar o andamento do caso. E não só pela possibilidade de incluir terceiros, mas pela própria forma como a reconvenção pode ser proposta.

"Antes era uma peça em apartado. Agora o réu formula o pedido contra o autor na sua própria contestação", diz a advogada. "Essa é uma simplificação importante porque ao dispor dessa forma o novo código evitou um incidente a mais no processo. Ao apresentar a reconvenção na própria contestação, a outra parte vai se manifestar já sobre a sua defesa de maneira simultânea à réplica", acrescenta Ana Tereza.

Sobre a inclusão de terceiros no caso, possibilitada pelo TJ-SP, o advogado Marcelo Roitman, sócio do PLKC Advogados, considera como acertada. Ele entende como "bastante clara a relação das partes com o pedido principal". "Se os fiadores não pudessem ser incluídos, essa reconvenção fosse tratada como procedente e a parte não tivesse dinheiro para pagar, uma segunda ação teria que ser movida. Começaria do zero e poderia, inclusive, ter decisão conflitante", afirma.

Além da conexão ao caso, para que seja permitida a ampliação do número de partes, Marcelo Roitman acredita que deve começar a haver discussão no Judiciário sobre um outro ponto: a amplitude da ação. A lei não deixou claro quantos réus poderão ser chamados e se haverá um limite.

Procurado pelo **Valor**, o representante do Auto Posto Jardim Petrópolis II não deu retorno até o fechamento da edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Bolsa sobe na semana, mas segue travada em 85 mil pontos

O vaivém dos últimos pregões levou a bolsa a praticamente zerar os ganhos do mês. Depois ter recuado aos 82 mil pontos e ter conseguido superar os 85.600 pontos na mesma semana, o Ibovespa cada vez mais revela a necessidade de novos desdobramentos na frente política doméstica para galgar uma tendência.

Embora tenha se sustentado por dois pregões acima da resistência de 85.600 pontos, o principal índice da bolsa perdeu força e encerrou a sexta-feira em queda de 0,32%, aos 85.550 pontos - ainda assim acima do nível de 84 mil pontos registrado no dia. No acumulado da semana, a bolsa conseguiu garantir alta de 1,44%. No mês, o ganho é de 0,22%.

O índice está muito perto de confirmar a tendência positiva de curto prazo, mas precisa superar a máxima da semana, em 86.150 pontos, para que isso aconteça, destaca o Itaú BBA. "Se conseguir superar a máxima, será um importante sinal para se afastar da região de congestão entre 85.600 e 82.800 pontos e seguir rumo à máxima do ano", mostra relatório de análise gráfica.

Para o banco, o ritmo de alta do Ibovespa, se confirmado, pode se dar até as resistências de 87.400 e 88.400 pontos. Do lado da baixa, se perder os 82.800 pontos, o índice poderia ceder até o suporte mínimo de 79.600 pontos.

A falta de novidades por aqui e no exterior levou o noticiário corporativo a despontar na semana passada. A BRF, que registrou valorização de 4,96% na sexta-feira, foi mais uma vez a maior alta da bolsa - o papel também ficou entre os destaques positivos da semana, acumulando ganho de 17,31% no período. A ação reage às boas perspectivas para a empresa com a entrada de Pedro Parente, presidente da Petrobras, no comando do conselho de administração.

Na ponta oposta, a Hypera (ex-Hypermarchas) consolidou a maior baixa do dia, de 6,41%, depois que a companhia confirmou que a busca e apreensão realizada pela Polícia Federal no dia 10 atingiu o presidente da companhia, Claudio Bergamo dos Santos, e também o seu fundador e maior acionista, João Alvez de Queiroz Filho.

A Eletrobrás também ficou entre as maiores quedas: a ação ordinária (ON) da estatal cedeu 4,14%, enquanto a preferencial classe (PNB) caiu 4,24%. O investidor avalia que o processo de venda das distribuidoras - adiado pela Eletrobrás para junho - está demorando mais do que o previsto. Além disso, as novas informações sobre a privatização não animaram: o relator do projeto de privatização, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), admitiu na sexta-feira que há uma hipótese muito grande de o projeto não ser aprovado no Congresso.

MME / ASCOM .